

O trabalho dos escreventes: Uma análise praxeológica do trabalho dos escreventes nos fóruns.

The work of writers: A praxeological analysis of the work of writers in forums.

Pedro Heitor Barros Geraldo

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Como ser citado (modelo ABNT)

GERALDO, Pedro Heitor Barros. O trabalho dos escreventes: Uma análise praxeológica do trabalho dos escreventes nos fóruns. *Direito, Processo e Cidadania*. Recife, v. 3, n.3, p.118-139, set./dez., 2024.

Editor responsável

Prof. Dr. José Mário Wanderley Gomes Neto

Resumo

Este trabalho propõe uma análise etnográfica do trabalho cotidiano de escreventes a fim de se compreender como eles estruturam as diferenças entre as práticas caracterizadoras do trabalho profissional dos juízes baseado numa etnografia do Fórum de Sete, França.

Palavras-chave: escreventes; etnografia; França.

Abstract

This paper proposes an ethnographic analysis of the daily work of clerks in order to understand how they structure the differences between the practices that characterize the professional work of judges based on an ethnography of the Forum of Sete, France.

Keywords: scribes; ethnography; France.

*"Se o processo começa bem, ele termina bem.
Mas se isso não acontecer, vai ser uma bagunça."¹*

Introdução

Este trabalho propõe uma análise do trabalho cotidiano de escreventes a fim de se compreender como eles estruturam as diferenças entre as práticas caracterizadoras do trabalho profissional dos juízes baseado numa etnografia do Fórum de Sete.

Nos últimos anos, muitos trabalhos têm tratado sobre as reformas da justiça na França. Uma destas reformas criou uma nova jurisdição e um novo tipo de juiz conhecido como "juiz de proximidade". Em relação ao sistema judiciário brasileiro, pode-se compará-lo aos juizados especiais. Com efeito, esta nova jurisdição é competente para julgar os casos de contravenção e, na seara cível, ela é competente para conhecer os casos de até 4.000,00€. Entretanto, a principal inovação desta política pública judiciária foi a criação de uma nova modalidade de ingresso na magistratura. Apesar de ter a reputação de ser uma

¹ Uma escrevente a respeito do trabalho no fórum.

instituição *fechada*, a magistratura francesa possui diversas modalidades de acesso desde o concurso tal como no Brasil até seleções por dossiê restrita à pessoas já com experiência profissional. O acesso à função de juiz de proximidade é aberto a escreventes públicos, juízes aposentados, advogados, escrivães, tabeliães, professores de direito, policiais etc. O ato de candidatura é apreciado pelo Ministério da Justiça. É exigida assim a experiência na área jurídica para exercer tal função. Uma outra particularidade desta via de acesso é que o juiz de proximidade pode exercer a função em tempo parcial, ou seja, ele pode exercer outra atividade profissional concomitantemente.

A criação desta jurisdição provocou uma grande polêmica durante os debates parlamentares entre o "*corps de la magistratura*" e os partidos políticos que sustentavam a reforma do judiciário. As discussões se situaram em torno da questão de uma justiça composta por juízes leigos. As recentes pesquisas sociológicas sobre esta questão apontam para o fato de que existe um monopólio institucional que define o que é um juiz profissional. Deste modo, os juízes de proximidade seriam profissionais, pois eles possuem as mesmas competências para exercer a atividade. Além disso, outras pesquisas de caráter jurídico mostraram que as sentenças destes juízes são juridicamente adequadas. A análise sociológica pressupõe as categorias de profissionais e leigos para explicar este problema.

Este artigo propõe uma compreensão diferente destes termos. A pesquisa de campo foi baseada em um mês de estágio na secretaria do fórum de Sète, localizada no sul da França. O fórum conta com um juiz profissional e dois juízes de proximidade, além de seis escreventes. Meu objetivo foi permanecer o mais próximo possível dos juízes e, ao mesmo tempo, aprender o trabalho dos escreventes.

A observação participativa me permitiu compreender o funcionamento interno do fórum na perspectiva de um escrevente. A partir de uma abordagem praxeológica, eu analisei como os escreventes constroem as categorias para explicar as diferenças entre os juízes profissionais e os juízes de proximidade.

A questão do *profissionalismo* nas profissões jurídicas se complica na medida em que, entre juristas, a formação jurídica é o que permite identificar o estatuto de profissional ou leigo (Bourdieu, 1986). Todavia, este conhecimento nativo identificado pela *sociologia leiga* dos membros da sociedade oferece uma distinção mais fina e empiricamente fundada.

Eu sugiro que o trabalho cotidiano dos escreventes os permitem elaborar categorias para distinguir as atividades realizadas pelos diferentes tipos de juízes. A descrição fina do

trabalho rotineiro mostra como a sociologia leiga dos escreventes produzem sentidos distintos segundo as formas de ação realizadas pelos diferentes juízes.

Desta forma, este trabalho demonstra a pertinência do saber dos escreventes para compreender o sentido do trabalho profissional em detrimento das categorizações propostas pela sociologia como forma de identificar o trabalho profissional.

1 O trabalho dos escreventes

a) Tornando-se um membro

Neste tópico, eu explicarei como este trabalho de campo foi realizado, indicando sobretudo as razões práticas em detrimento das teóricas. Além disso, eu demonstrarei como este campo de pesquisa foi escolhido e como a compreensão das categorias nativas foi um desafio durante esta pesquisa.

Este artigo utiliza dados da pesquisa de campo que eu realizei durante minha tese de doutorado que visa compreender a socialização de juízes de proximidade. Eu comecei este trabalho realizando entrevistas com tais juízes. Pouco a pouco, eu percebi que eles possuíam muitas dificuldades para serem reconhecidos como "verdadeiros" juízes, como me indicou um juiz profissional. Esta resistência durante o período de integração foi evidenciada através do discurso e em relação às condições de instalação nos fóruns.

Eu compreendi rapidamente a reação dos juízes profissionais em relação aos juízes de proximidade, pois nas entrevistas os juízes de proximidade deixavam claro a desconfiança que eles ressentiam da parte dos juízes profissionais durante a realização do trabalho. A outra razão concerne às condições de trabalho. Durante o período de entrevistas, eu entrei em contato com os juízes de proximidade progressivamente. Alguns aceitaram me receber no fórum, porém, em alguns casos, não havia salas destinadas a eles. Deste modo, a entrevista foi realizada numa sala desocupada naquele momento, após conversas com os escreventes que indicavam em qual local a entrevista poderia ser feita. Assim, percebi a necessidade de permanecer mais tempo nos fóruns para compreender relações deles com os escreventes.

Eu também realizei entrevistas com os juízes profissionais e com os escreventes para entender o que eles pensavam a respeito dos novos juízes. As opiniões no entanto

divergiam. Na realidade, os juízes se diziam contra "por princípio", como eles me explicavam, contudo eles também diziam que a criação destes juízes "deu certo" (em francês eles utilizam a expressão "ça marche"), como me explicou o juiz diretor do foro, responsável pela gestão dos recursos humanos e materiais do fórum. É interessante notar que os juízes de proximidade se relacionavam muito pouco com os juízes profissionais. Assim, a maior parte do trabalho é realizado e apreendido com os escreventes.

Os juízes de proximidade relatavam um desconforto e mesmo situações de conflito em relação aos escreventes. Por outro lado, os escreventes descreviam problemas durante a realização prática do trabalho. Entretanto, eu compreendia pouco este trabalho, na medida em que eu ainda não tinha realizado observações durante minha pesquisa.

Deste modo, o passo seguinte foi a observação das audiências judiciais. Depois de assistir mais de 40 audiências, eu pude observar alguns incidentes e eu pude ver como eles participavam mais nas audiências dos juízes de proximidade do que naquelas dos juízes profissionais. Parece irrelevante à primeira vista, mas eu percebi que eles avaliavam o trabalho realizado pelos juízes de proximidade em comparação ao trabalho realizado pelos juízes profissionais. Os escreventes comparavam o tempo todo o trabalho dos diferentes juízes devido às diferentes maneiras pelas quais eles realizavam as tarefas cotidianas.

Após um longo período de observação nas audiências, decidi trabalhar com os escreventes. Eu adotei duas estratégias. A primeira foi pedir um estágio pelos caminhos oficiais. Em setembro de 2008, fui para a Faculdade de Direito solicitar ao departamento responsável pelos estágios. Na verdade, eu nunca obtive uma resposta.

A segunda surgiu de forma espontânea. Durante a segunda entrevista com a chefe de secretaria em novembro de 2008, eu fui muito bem recebido por ela. Ao final, eu solicitei um estágio não remunerado para aprender mais sobre o trabalho dos escreventes judiciais. Ela aceitou. Então nós discutimos sobre as condições e as datas. Pedi para começar o mais cedo possível, assim que eu fiz de 18 janeiro - 14 fevereiro 2009.

Sète é uma pequena cidade no sul da França. A jurisdição depende do Tribunal de Apelação de Montpellier. Apesar de ser uma Corte Distrital de pequeno porte, tem seis escreventes trabalhando em tempo integral, um juiz profissional e dois juízes de proximidade. O fórum funciona no segundo andar de um prédio que se parece com uma casa grande. No primeiro andar, há uma escola para as crianças.

Uma das dificuldades foi o aprendizado das categorizações nativa. No início, eu pensei

que eu pudesse compreender as interações, mas eu não podia. Eu deveria primeiro aprender o significado das expressões nativas, pois essas expressões se relacionavam com as atividades realizadas no fórum. As estratégias para aprendê-la era tomando notas de campo e participar dessas atividades. Eu não tive problemas para tomar notas de campo, por duas razões: todo mundo ali sabia que eu era um estudante brasileiro, por isso não foi estranho ver um estudante estrangeiro tomando notas para saber o que estavam fazendo; a segunda razão é a cultura escrita nas faculdades de direito francês, ao contrário dos brasileiros que privilegiam a cultura oral.

O diário de campo foi escrito mais tarde, durante a noite, porque eu tomei notas num pequeno bloco para transcrevê-lo mais tarde. Este trabalho foi extremamente longo e lento. O fato de participar, tomar notas e transcrevê-lo mais tarde, permitiu-me prestar atenção a todas as etapas das atividades e refletir sobre ele. Foi-me possível transformar algumas intuições em descrições objetivas. Eu compreendi gradualmente o sentido das atividades do ponto de vista dos escreventes.

Como participante, eu pude me familiarizar com o mundo social no qual os juízes estavam inseridos. As perguntas que eu fazia mudaram, porque eu estava interessado em compreender como os juízes de proximidade foram recebidos no Tribunal. Portanto, quando me tornei um membro, o foco voltou-se para a realização prática do trabalho cotidiano nos fóruns.

Os escreventes passam o tempo todo dentro dos fóruns. Os processos judiciais e todo o trabalho procedimental é realizado por eles. Eles desenvolvem o que eles chamam de "sentido prático" ("*sens pratique*") que lhes permite lidar com as regras jurídicas de uma forma muito prática. Ter o "senso prático" é compreender como a rotina de trabalho é organizada e como empregar esse tipo de conhecimento sobre a rotina para resolver os problemas práticos surgidos todos os dias.

O primeiro passo para entender as categorias nativas é compreender esta rotina. Ironicamente, este estágio segue os processos judiciais passando por cada fase processual. Vou descrever cada operação necessária para o tratamento dos processos, pois foi desta maneira que eu aprendi como o "senso prático" é empregado em contexto para lidar com eles.

b) O trabalho cotidiano

Nesta parte, a descrição vai se concentrar nas atividades cotidianas desenvolvidas pelos escreventes no fórum. Eu vou descrever o circuito do processo desde o seu início até o seu fim, pois esta foi a maneira pela qual eu o aprendi. Eu comecei pelas atividades mais fáceis antes de passar as tarefas mais complicadas. Então, eles me ensinaram como compreender o circuito do processo desde a petição inicial, passando pelo seu tratamento durante a audiência até o arquivamento.

Estas atividades não parecem ser importantes para os juristas de um modo geral, porque este trabalho é considerado como um trabalho burocrático e desinteressante. No entanto, a realização destas atividades pelos escreventes estrutura o trabalho e o "senso prático" dentro do fórum. Criar um processo é a maneira de concretizar as pretensões abstratas e as defesas. O direito em livros raramente faz referência ao que acontece com um pedido no momento em que ele é formulado em justiça e no momento em que ele é efetivamente julgado. Esta abordagem etnográfica pretende discutir a relevância destas operações invisíveis para identificar como os escreventes reconhecem as aptidões de um juiz profissional.

Algo que eu aprendi rapidamente foi a hierarquia de atividades, porque um estagiário começa sempre pelo mais simples. A primeira operação foi registrar uma petição inicial ("*faire les DG [Déclarations au Greffe]*"). Ela consiste em separar as petições, por sua natureza de acordo com os diferentes tipos de procedimentos. Os escreventes geralmente dividiam o trabalho, a fim especializar a atividade de cada um. É uma maneira muito prática para criar protocolos pessoais que compõem uma rotina para facilitar e acelerar a execução das tarefas.

A primeira tarefa do dia é a triagem das cartas, para se separar as petições que chegam por correspondência. Em seguida, elas são distribuídas a fim de registrá-las no sistema de informática do fórum, atribuindo um número. Nesta fase, há uma série de operações interpretativas e corretivas. No que concerne às operações interpretativas, a transcrição dos dados necessários para preencher as lacunas nos formulários gerados pelo sistema é uma tarefa importante. Parece ser simples, mas exige uma concentração para se evitar os erros. Cada erro pode obrigar a refazer todo registro ou, pior ainda, o processo mal registrado pode se perder em meio a tantos outros tratados pela secretaria. Acarretando

uma perda de tempo para eventualmente encontrá-lo mais tarde. Outra operação interpretativa é encontrar o código adequado para registro, o programa também organiza os dados sobre a quantidade de processos e sua natureza que são tratados na Corte durante um ano. Ele é usado por um centro de estatísticas que faz a análise da atividade judiciária em todo país. Curiosamente, os escreventes não sabiam que o trabalho estatístico era utilizado para essa finalidade.

Eles devem indicar um código, há centenas. Assim, eles usam uma apostila. Os códigos são classificados pelas questões legais, como direito comercial, civil, criança, ou social, por exemplo. Então, cada um destes temas possuem problemas correlatos às demandas, isto é, se a petição se refere à uma indenização por danos morais, ou às cauções de uma locação de imóvel. O código depende das possibilidades legais para formular os pedidos. O número de códigos é *numerus clausus*, contudo as possibilidades não o são. Isso significa que cada pedido deve ser interpretado para ser classificado como um código. Isso exige deles a leitura prévia da petição e sua interpretação. O que acontece quando o pedido não corresponde diretamente a um código? Existem duas maneiras de resolver este problema.

A primeira, e mais utilizada, é estender a interpretação para atribuir um código geral. A única implicação prática é ao produzir os dados para o Anuário estatístico do Ministério da Justiça. O segundo é bastante interessante, pois deriva do "sentido prático". Antes de me explicar o que eles fazem, temos de entender como as petições são feitas.

As petições podem ser feitas pelas pessoas preenchendo o modelo de petição. Eles indicam as qualificações pessoais, um sumário muito curto da demanda e o valor da causa. Às vezes, os jurisdicionados anexam alguns documentos como provas. Este tipo de petição representa a maior parte das ações julgadas no fórum. Todavia, muitas delas são interpostas de modo incompleto ou são incorretamente preenchidas, conseqüentemente, as petições, segundo a lei, deverão ser submetidas à audiência e o juiz provavelmente convocará o autor para retificar os problemas formais na petição. Neste caso, como os escreventes sabem que a petição será rejeitada pelo juiz, eles realizam uma atividade corretiva, que não é prevista pela lei.

Como o escrevente me disse: "Se o processo começa bem, vai terminar bem, mas se isso não acontecer, vai ser uma bagunça". Assim, para evitar a perda de tempo e as conseqüências do trabalho, os escreventes realizam operações práticas corrigindo as

petições. Tais correções podem ser feitas por caminhos diferentes antes do registro. Eu observei dois modos diferentes para corrigir os problemas nas petições. Numa das petições, os escreventes escreveram uma carta ao autor da ação pedindo para que ele preenchesse corretamente o formulário da petição inicial. Noutro caso, um escrevente ligou para a parte para avisá-la que o formulário estava indicando a juízo incorreto e que ele iria modificá-lo. Esta operação corretiva é empregada para facilitar o trabalho. O que um advogado chamaria de um problema legal é de fato uma prática para os escreventes. Fazer cumprir a lei é na verdade realizar uma série de atividades nos fóruns.

Os escreventes têm um contato com os jurisdicionados que ninguém tem, porque a tarefa principal é tornar inteligível o pedido em termos jurídicos. Ao fazer isso, eles estão de fato preparando a audiência, por isso, neste momento, a petição já está em um enquadramento legal.

Após esta etapa de registro, a petição é transformada em um processo que contém todas as informações necessárias para identificá-lo. Os processos de diferentes jurisdições possuem diferentes cores para distingui-los. O passo seguinte é a convocação dos litigantes para comparecer à audiência. A data da audiência é escolhida no momento do registro da petição, o programa organiza a agenda de audiências. Eles sempre prestam atenção nesta fase, porque a convocação deverá ser enviada e a confirmação retornar antes da audiência. Cada etapa exige uma execução atenciosa, porque um pequeno erro pode obrigar a refazer todo o trabalho. Eu tive essa experiência, quando registrei o endereço errado dos litigantes. Eu refiz todo o processo, as convocações e as cartas. Eu levei quase uma hora para reparar o erro em apenas um processo.

Em seguida, vem a preparação da audiência. É um momento cuidadosamente preparado para facilitar o trabalho do juiz. Há esquematicamente três fases: antes, durante e após a audiência. A preparação é geralmente realizada um dia antes. A organização do trabalho cotidianamente também se orienta para esta fase, na medida em que os processos são organizados e separados nos armários de acordo com a data da audiência. Assim, preparar a audiência significa verificar se eles estão formalmente prontos para passar em uma audiência, isto é, se as citações são válidas e se o pedido está completo e regular.

Um outro costume interessante me chamou a atenção: o uso de post-it. Esta é uma ferramenta de escritório que permite escrever e colar sobre o processo um pedaço de papel para comunicar que há algo importante que merece particular atenção no processo.

Realmente facilita o trabalho cooperativo entre os escreventes, porque supõe para alertar o responsável pelo seu andamento de alguns detalhes importantes. Isto evita o desperdício de tempo para a análise dos processos e eventuais erros.

Há dois outros documentos importantes relativos à audiência: a ata de audiência ("*plumitif*") e o calendário de audiências. A ata de audiência é uma minuta na qual o escrevente anota todos os atos durante a mesma. As informações serão usadas para fazer o "andamento da audiência" ("*suivi d'audience*"). O segundo é o calendário das audiências. É, aparentemente, um documento sem importância para realizá-la, mas diz muito da organização do fórum. Na França, o presidente a cada Tribunal de Justiça deve estipular no início do ano o calendário com todas as audiências durante o ano, este calendário é difundido na jurisdição para os advogados e os oficiais de justiça . Além disso, ajuda os escreventes a repartir as audiências entre o pessoal da secretaria e a visualizar o número de processos atribuídos a cada audiência. Portanto, os escreventes podem equilibrar o número de processos em uma audiência a fim de evitar uma quantidade excessiva de processos, em detrimento de uma falta nos outros.

A segunda etapa é durante a audiência que se destina a produzir as provas em que o juiz irá usar o julgamento. Felizmente, eu pude acompanhar e observar o trabalho dos juízes e dos escreventes ao lado deles. Foi uma boa oportunidade para observar de perto como os escreventes, juízes, advogados e jurisdicionados se relacionam. Quando eu fiz uma entrevista com um juiz profissional , ele descreveu a função dos escreventes como a "memória do juiz". Nas primeiras observações, quando eu observava as audiências sentado nos bancos reservados aos jurisdicionados, eu tinha dificuldade de compreender o papel dos escreventes, pois eles tem uma atuação bastante reservada durante as audiências.

Do outro lado da barra, eu pude observar o trabalho dos escreventes e participar da organização dos processos sobre a mesa. Além disso, eu pude observar como os escreventes preenchem as atas da audiência, o calendário das audiências, o adiamento dos processos que retornará à audiência ("*renvois*") e a ajuda que os escreventes costumavam prestar para os juízes lembrando-os do procedimento ou de alguns detalhes específicos sobre os processos. Eu compreendi que na verdade eles são muito ativos.

Outra característica que chamou minha atenção foi a capacidade de concentração durante as audiências. Ela é mental e fisicamente exigente. As audiências cíveis duram, em média, 3 horas. Os escreventes devem realizar todas as atividades muito rapidamente. Eles

devem preencher a ata da audiência, com as seguintes informações: se os litigantes estão presentes ou se eles são representados por um advogado e, finalmente, o julgamento. Os escreventes utilizam abreviações para quase todas as expressões e decisões que o juiz pode tomar, como o adiamento para outra audiência ("*renvoi*" = "R" com a data em que o processo retornará); a data para o julgamento ("*délibéré*" = "D" com a data em que o processo será julgado) e as outras decisões que põem fim ao processo. Nas audiências criminais, eles tomam notas diferentemente, pois cada processo possui suas próprias notas. O julgamento pode ser proferido durante a audiência, mas cabe aos escreventes redigi-los posteriormente. Enquanto isso, eles devem organizar todos os processos sobre a mesa. É uma pequena mesa em que três ou quatro pessoas podiam trabalhar — inclusive eu — e eles precisavam de um pouco de espaço para ler e anotar a maior parte do tempo. Os processos são organizados por destino, ou seja, segundo a decisão que o juiz tomou e o procedimento que será adotado pelos escreventes para o andamento do processo. Os instantes mais ativos alternam com momentos de silêncio em que os escreventes ficam quietos e imóveis. Durante esses momentos, eu tentei fazer o mesmo, mas foi cansativo. Eu estava sacudindo o pé debaixo da mesa, após duas horas de audiência, quando o funcionário ao meu lado me olhou com um sorriso sacudindo a cabeça como se acompanhasse o barulho que eu fazia com os pés. Eu entendi que o mínimo ruído poderia perturbar a sua atenção.

A terceira etapa do processo é após a audiência. Quando ela termina, o trabalho dos escreventes ainda continua. Eles devem fazer o "andamento da audiência" o ("*suivi d'audience*"). Eles devem registrar todos os atos praticados na audiência no sistema de informática do fórum.

Eles classificam os processos pelo destino, isso significa que eles separam os processos que serão julgados daqueles que já o foram durante a audiência e daqueles que foram adiados. Os juízes guardam consigo aqueles em que eles irão proferir um julgamento. Então, os escreventes utilizam as atas para efetuar o registro dos processos. À primeira vista, esta é uma operação mecânica, no entanto, ela requer um conhecimento técnico jurídico para executar as operações. Eles devem saber as regras processuais, caso contrário os escreventes não fazem corretamente as intimações e os julgamentos. Eu compreendi que a produção das atas de audiência era inteiramente voltada para a execução do trabalho posteriormente, ou seja, eles anotavam o necessário para preencher as lacunas dos programas de informática para registro dos atos processuais.

Quando os escreventes faziam os julgamentos, eu compreendi que havia algumas decisões que poderiam ser tomadas no curso da audiência que encurtavam o circuito do processo. Em contraste, as decisões de adiamento dos processos para outra audiência significava mais trabalho, na medida em que os escreventes eram obrigados a reconvocar as partes ausentes e repetir todo o andamento do processo. O processo que permanece no circuito significa mais trabalho para se executar em termos muito práticos. Logo, o trabalho dos escreventes é o de otimizar o tratamento dos processos permitindo o seu fim o mais rapidamente possível.

Há um monte de detalhes que eles me mostraram como eles buscavam facilitar o trabalho. Por exemplo, fazendo abreviaturas; classificando os processos por cores diferentes; interpretar as petições ou corrigi-las, a criação de protocolos de trabalho são certamente exemplos do "senso prático".

Em resumo, os escreventes desenvolvem o trabalho guiados pelo que eles chamam de "senso prático", isso significa que várias atividades que eles realizam para tornar o trabalho diário mais fácil e curta. Eu considero isto como um mecanismo de categorização, porque isto explica como as atividades ordinárias são interpretadas. Mas como eles usam o mesmo mecanismo para reconhecer o trabalho de um juiz profissional?

2. Trabalhando com os juízes

Doravante eu descreverei o trabalho realizado pelo juiz profissional que atua no tribunal. Durante o trabalho de campo, eu pude observar como os escreventes trabalham com ele. Além disto, eu pude acompanhá-los durante a audiência. Na realidade, o juiz togado não permanecia muito tempo no tribunal por duas razões: primeiro, ele trabalhava quase todo o tempo em casa e, segundo, ele também realizava audiências no tribunal Correccional, onde três juízes julgavam em colegiado, que se situa em Montpellier.

O juiz habitualmente chegava mais tarde para as audiências, ele não era muito pontual. Os escreventes sabiam quando ele chegava olhando pela janela para ver se o carro dele estava estacionado em frente ao tribunal. Então, nós – o escrevente e eu – íamos para a sala de audiência, que, normalmente, já estava cheia de pessoas e advogados esperando por ele. Todavia, antes de começar, ele era obrigado a ler e assinar os mandados, despachos e sentenças que os escreventes traziam. Eles precisavam dele, ou ao menos de sua

assinatura, para continuar o trabalho. Ele ouvia as explicações dos escreventes sobre os processos e depois os assinava. Enfim, ele pegava sua toga e partia para a sala de audiência. Ele tocava uma campainha, todos se levantam e ele anunciava: "A audiência está aberta, queiram sentar-se" ("*L'audience est ouverte, veuillez vous asseoir*"). Neste momento, começava a realização de uma série de atos rotineiros. Ele se sentava no meio e a escrevente à sua esquerda, enquanto eu me sentava à sua direita. Logo em seguida, ele espontaneamente pegava o calendário de audiências, quando a audiência definitivamente começava.

As audiências em França têm duas fases: o saneamento dos processos ("*l'appel des causes*"), quando o juiz chama até a barra os litigantes de todos os processos arrolados na audiência para verificar se eles podem ser instruídos ou se falta outra formalidade a ser cumprida; a segunda fase é o contraditório ("*les plaidoiries*"), quando os litigantes pleiteiam ao juiz. Neste tribunal, o procedimento é essencialmente oral, o que obriga profissionais e jurisdicionados a exporem seus pedidos oralmente. Contudo, os advogados frequentemente entregam seu pleito por escrito.

Ele chamava os litigantes na ordem em que os processos eram organizados pelo escrevente, que segue o número do processo, do mais antigo para o mais recente. Ele tomava suas próprias notas, frequentemente ele o fazia na capa e na contracapa do processo, quando julgava necessário; em seguida, ele perguntava aos litigantes se eles estavam preparados para pleitear. Em caso positivo, ele mantinha o processo para a segunda etapa; do contrário, ele passava o processo para o escrevente. Ele mesmo anunciava a data da próxima audiência ou do julgamento. Durante estes atos, ele explicava lenta e claramente algumas informações importantes, como a presença ou a ausência das partes; a data da próxima audiência em que o processo será julgado; e se os litigantes estavam ou não representados por um advogado. Enquanto isso, o escrevente tinha tempo de anotar nas minutas de audiência ("*le plumitif*") estas informações relevantes. Haja vista que os escreventes participavam menos ativamente durante a audiência, logo eles poderiam concentrar-se em realizar esta atividade.

O juiz tinha frases tipo para explicar às partes, quando eles não eram representados por um advogado, as etapas do procedimento e as consequências para eles. Estas frases continham informações práticas importantes sobre como proceder após a audiência. Há duas situações comuns: o adiamento da audiência e o julgamento. A audiência é

praticamente o único momento em que as partes encontraram o juiz, os advogados sabem disto, mas as partes não. Por isso, é importante explicá-los como proceder. E em ambos os casos, elas devem saber o que fazer depois.

Assim, no caso do adiamento da audiência, se apenas um litigante estava presente e o outro solicitou o adiamento, o juiz informou: "Queira anotar a data da próxima audiência, pois o senhor não receberá outra citação" ("*Veillez noter la date de la prochaine audience, parce que vous ne recevrez pas une nouvelle convocation*"). Ele explica isto espontaneamente, o que é muito útil para as pessoas, pois elas compreendiam as consequências práticas do resultado da audiência.

No segundo caso, eu observei a mesma dinâmica, já que quando o juiz retinha o processo para julgamento, ele estabelecia uma data para o julgamento. Em França, as citações e intimações são feitas pelo correio por carta registrada. A sentença também é notificada por correio em casa. Por isto, o juiz explicava: "Não precisa vir ao tribunal, o senhor receberá a sentença por correio" ("*Ne vous déplacez pas, vous recevrez le jugement par courrier*"). Ele passava mecanicamente esta informação, que também contém as consequências práticas da audiência.

Em ambos os casos, o juiz explicava de um modo bem prático o funcionamento do processo. Isto certamente contribuía com o trabalho dos escreventes, porque isto evitava que as pessoas voltassem ao tribunal em busca de informações práticas sobre o andamento do processo. Os escreventes sabem que isso é importante, pois uma parte importante do tempo de trabalho é dedicada a atender pessoas que vêm ao tribunal em busca destas informações.

No que concerne ao funcionamento do tribunal, a observação das audiências me permitiu descrever dois outros fenômenos ligados à atividade do juiz. Ele sempre tentava conciliar as partes antes de continuar o procedimento e procurava evitar os adiamentos. Estas atividades são conectadas com todo o funcionamento do tribunal na medida em que elas têm consequências no trabalho dos escreventes. Para eles, é mais fácil e simples dar andamento em processos que terminem por um acordo entre os litigantes. Isto significava que eles deveriam redigir a homologação do acordo e enviá-lo pelo correio, terminando o processo. No caso dos adiamentos, eu observei em diversas oportunidades o juiz analisando os pedidos de adiamento: "Este processo precisa enrolar desta forma?" ("*Est-ce que ça mérite de traîner comme ça?*"). Os pedidos de adiamento não eram aceitos

automaticamente, pois um processo que não terminava significava mais trabalho para todos. Os escreventes tinham o mesmo trabalho para dar andamento, porém ele não terminava. Dar andamento significa as atividades realizadas pelos escreventes depois das audiências, por exemplo, registrar todos os atos no computador, fazer as citações e arquivar os processos no local adequado.

O juiz ouvia atentamente os pleitos dos advogados, pois, na maioria dos casos, era a primeira vez que ele se deparava com o processo. Eu nunca o vi lendo os processos antes da audiência, por isso uma boa sustentação oral o ajudava a se familiarizar com o processo. Eu compreendi isto quando eu observava a sustentação oral de uma advogada, que era clara ao explicar os fatos e expor as provas. Depois da audiência, eu tive a impressão de que aquela tinha sido uma boa sustentação oral. Então, eu compartilhei minha opinião com o juiz e a escrevente, ambos concordaram e o juiz disse: “Ela conhece muito bem o seu processo” (*“Elle connaît très bien son dossier”*). Eu entendi, finalmente, que uma boa sustentação para ele significava uma explicação clara sobre os fatos e as provas em questão, na medida em que isto o ajudava a conhecê-lo melhor para buscar uma solução jurídica adequada, conseqüentemente uma boa audiência ocorriam quando existiam boas sustentações. Eu entendi que ele dava importância ao desenrolar de seu próprio trabalho.

As audiências em França são abertas ao público e as salas comportam um grande número de pessoas, por isso há sempre muitas pessoas entre advogados e as partes. Uma audiência pode levar até três horas, o que significa permanecer desconfortavelmente sentado nos bancos de madeira assistindo. Os burburinhos na sala incomodavam às vezes, mas isso não é comum. O juiz não se importava muito com as conversações na sala durante a audiência, deste modo, quando o um telefone celular tocava, ele costumava ignorar, ao invés de interromper a audiência para chamar a atenção das pessoas.

Depois das audiências, os escreventes traziam para ele o que ainda faltava ser feito para continuar o trabalho. Então, ele partia. Apesar de não permanecer muito tempo no tribunal, as práticas do juiz estavam integradas no funcionamento rotineiro do tribunal. Eles agiam como os escreventes esperavam que eles agissem em relação à consecução prática do trabalho. Havia uma relação complementar entre as expectativas dos escreventes e as práticas do juiz em relação ao trabalho desenvolvido.

a) Ao lado dos juízes de proximidade

Aqui eu tratarei sobre a rotina dos juízes de proximidade no mesmo tribunal. Eu pretendo desenvolver a mesma sequência para descrever o trabalho destes juízes a fim de focalizar a relação entre o trabalho e a sua relação com os escreventes e os jurisdicionados.

O tribunal de Sète possuía dois juízes de proximidade que dividiam o trabalho alternando a cada semana. Eles vinham ao tribunal para realizar duas atividades principais: antes das audiências criminais para estudar os processos que passariam na próxima audiência, que eles aproveitavam para assinar outros despachos e mandados; e para as audiências em si.

Ambos vinham de Montpellier, um de carro, enquanto o outro vinha de trem. O Ministério da Justiça não reembolsa os custos deste deslocamento. Na verdade, isto significa que eles vinham ao tribunal quando era realmente necessário, eles procuravam aproveitar ao máximo cada vinda ao tribunal. Durante estes momentos, eles eram solicitados pelos escreventes que passavam todo o trabalho de despachos e mandados para que o trabalho seguisse em frente.

Portanto, eles pegavam os processos para ler antes das audiências. Eles usualmente faziam isto para se familiarizar com os casos a fim de conhecer a natureza das causas e os elementos que constavam neles e para fazer suas próprias notas em forma de resumo. Eles mantinham tais notas dentro dele para utilizá-las durante a audiência.

No dia da audiência, os juízes de proximidade chegavam sempre mais cedo do que o juiz profissional costumava chegar. Geralmente, eles assinavam os despachos antes e aguardavam o início da audiência. Eles estavam sempre de terno e gravata e colocavam a medalha pesada em volta do pescoço, enquanto o escrevente vestia a toga. O ritual era habitualmente na mesma ordem, entretanto eles não possuíam o mesmo reflexo do juiz togado em relação ao escrevente. Eles nunca pegavam o calendário, nem escolhiam uma data para o adiamento do processo ou do julgamento para outra audiência. Estas tarefas eram realizadas pelos escreventes.

Em seguida, eles chamavam os advogados e as partes durante a primeira fase. Uma coisa chamou minha atenção, eles nunca indeferiam um pedido de adiamento da audiência, quaisquer que fossem as razões. Eles argumentavam que é devido ao princípio do contraditório ("*le principe du contradictoire*") pelo qual cada um tem o direito de expor

igualmente suas razões diante do juiz. Enfim, ele solicitava ao escrevente que lhe informasse a data em que o processo voltará em audiência.

A segunda fase apresentava mais diferenças. Primeiramente, eles nunca estimulavam os acordos. Eles preferiam julgar que realizar acordos entre as partes. Em segundo lugar, eles não usavam frases tipo para explicar as conseqüências práticas dos procedimentos para os leigos. Ao contrário, eles costumavam explicar detalhadamente as regras jurídicas. Ambos sempre lembravam os jurisdicionados de que todo pedido deveria vir acompanhado de provas. No entanto, eles não facilitavam a tarefa dos jurisdicionados especificando quais documentos poderiam servir de provas para eles. Eu observei que isto toma muito mais tempo e que tais explicações não causavam o mesmo efeito nas pessoas, isto é, elas pareciam não entender, uma vez que elas perguntavam sobre questões práticas que ao final eram explicadas pelo escrevente. Para os leigos, é esperado saber quem ganhou e quem perdeu; ou quando eles devem retornar ao tribunal; ou para quem e como eles devem pagar ou enviar documentos; ou, ainda, o que eles devem fazer para obter o que eles querem, como qual tipo de documento eles devem apresentar ao juiz. Esses tipos de questões apareciam a todo momento durante as audiências. O interessante era que se o juiz não satisfizesse às dúvidas das pessoas, elas voltavam ou ligavam para a secretaria do tribunal em busca das respostas, como eu pude constatar em diversas oportunidades.

Por esta razão, o escrevente desenvolvia um papel muito mais ativo nestas audiências. Ele era obrigado a realizar estas pequenas tarefas, todavia isto ganhava uma grande proporção, considerando que eles deveriam tomar as notas e passar as informações rapidamente. O juiz não o esperava para que ele organizasse as notas e os processos tendo que dar pequenas informações rapidamente às pessoas. Todas estas atividades ocorriam em períodos muito curtos e o escrevente precisava de tempo para acompanhar o juiz que devia apenas pegar os processos que já estavam organizados numa pilha à sua frente.

A atividade de tomar notas era realizada pelo juiz e pelo escrevente. Curiosamente, eu observei que, apesar das notas do juiz, os escreventes também o faziam. Eu, então, perguntei aos escreventes o porquê. Eles responderam que as notas do juiz eram para ele. Eles me explicaram que os juízes tomavam notas com o intuito de orientar o julgamento ulteriormente, enquanto as anotações dos escreventes serviam para facilitar o andamento dos processos após as audiências. O juiz togado fazia isto mecanicamente, então os escreventes se preocupavam menos em anotar, por exemplo, se as partes estão presentes

ou se estão representadas, eles sabiam que tais informações estariam anotadas nas capas dos processos.

Certa vez, após uma audiência, um juiz de proximidade perguntou-me o que eu tinha achado da mesma. Eu respondi que tinha achado interessante, ele replicou dizendo que era melhor que eu fosse assistir às audiências no tribunal Correccional em Montpellier, pois os casos eram muito mais interessantes para assistir que no tribunal de Sète, na medida em que eles poderiam julgar casos com outros dois juízes profissionais. Contrariamente ao profissional, eu compreendi que uma boa audiência para ele era aquela em que ele poderia se deparar com casos jurídicos mais complexos onde havia uma discussão mais interessante sobre o direito.

Há ainda uma particularidade durante as audiências criminais. Uma das etapas da audiência é perguntar ao réu se ele reconhece os fatos pelos quais ele está respondendo, em seguida ler resumidamente o boletim de ocorrência realizado pela polícia. Os juízes de proximidade, todavia, liam tudo, mesmo os artigos jurídicos que estavam indicados no boletim de ocorrência, o que tomava muito tempo. Isto parece ser de menor importância, porém para os escreventes não o era, pois eles afirmavam que o juiz poderia ler apenas resumidamente e perguntar se o réu reconhecia os fatos sem ler os detalhes do boletim de ocorrência para continuar o processo. Assim, as audiências dos juízes de proximidade eram mais longas do que as do juiz togado.

Durante a audiência o barulho incomodava muito os juízes de proximidade, que chamavam a atenção das pessoas pedindo silêncio ao menor cochicho na sala. Ao fim, o juiz pegava os seus processos e deixava o tribunal, assim como o juiz profissional.

3. Compreensão do trabalho silencioso

Este artigo é sobre o que os escreventes discutem, para reformular Garfinkel (1967). Os escreventes realizam um trabalho silencioso nos fóruns. O objetivo é compreender como os escreventes caracterizam e relatam o "senso prático" para caracterizar o trabalho dos juízes profissionais e o trabalho dos juízes de proximidade. Além disso, o objetivo é entender como eles empregam essas ferramentas, a fim de organizar o seu próprio trabalho e estruturar as relações com outros membros.

A observação participante permitiu-me observar o lugar central que o processo ocupa

nos fóruns. Na verdade, nada pode ser feito sem um processo. Deste modo, tudo é feito em torno dele. Para os escreventes, dar andamento a um processo não é um meio para alcançar algo como advogados o caracterizam. É o objetivo da sua atividade. Assim, as ferramentas cognitivas estão ligadas a essa atividade de dar andamento ao processo.

O processo significa para eles a atividade prática que eles devem realizar, segundo as regras. Os mandamentos legais não impõem constrangimentos, mas maneiras de proceder. Portanto, as regras têm um significado prático, na medida em que os procedimentos têm consequências práticas. Por exemplo, o procedimento da conciliação é mais curto que um julgamento, porque o procedimento, quero dizer, as-consequências-práticas-do-procedimento de conciliação, são mais fáceis do que as-as-consequências-práticas-do-procedimento de um julgamento. Em um sentido jurídico, o procedimento é o conjunto de normas pelas quais o processo é julgado, se a lei permite escolher entre o procedimento A ou B, ambos são legalmente válidos. No entanto, os escreventes consideram que as atividades do processo são relacionadas com as consequências práticas que significa que algumas são mais simples do que outras.

As normas legais servem de orientação às atividades através da execução de uma série de operações que são em grande parte rotinizadas. A habilidade de escolher os procedimentos em função das suas consequências práticas é chamada por eles como "senso prático", a fim de transformar a lei em atividades práticas. As operações interpretativas ou corretivas, como eu descrevi, são o "senso prático" que permite criar elos nas rotinas sem passar pelos caminhos legalmente válidos.

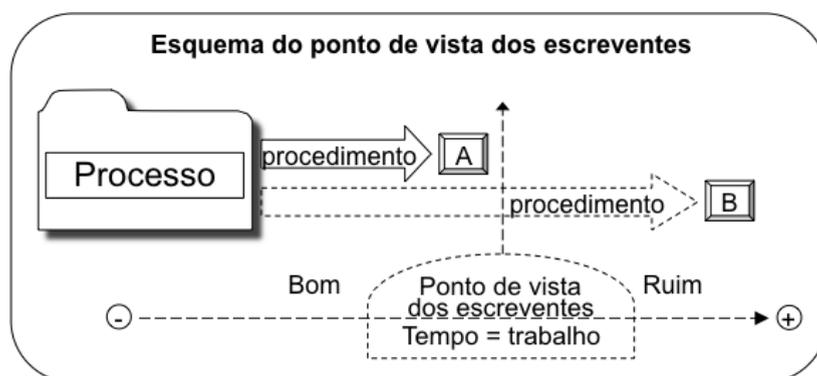
Não obstante, os escreventes precisam dos juízes para dar continuidade ao seu trabalho. Assim, as decisões que os juízes tomam em audiência têm consequências práticas distintas, por isso julgar também é uma atividade prática também. Deste modo, os escreventes dependem das decisões dos juízes a fim de saber o que eles deverão fazer. O funcionamento do fórum é caracterizado pela realização dessas cadeias de atividades.

O trabalho do juiz é julgar. Ao fazer isso, ele está participando do funcionamento do fórum, mas para os escreventes não é muito simples. Eles usam o senso prático para reduzir e otimizar o trabalho. O juiz profissional tem a mesma preocupação sobre a quantidade de processos para julgar. Além disso, a sincronia entre as séries de atividades da cadeia significa menos trabalho para os escreventes.

De um modo prático, uma vez que a cadeia é sincronizada a rotina não é perturbada, o

que significa menos trabalho para os escreventes. Caso contrário, se esta rotina não é observada, uma das partes realiza um esforço suplementar para orientar as atividades para a ordem esperada, em termos práticos isto pode significar também que um escrevente deverá ajustar a direção do processo. É por isso que os escreventes consideram que um processo que tem problemas no começo terá problemas até o final. Isso não significa que os juízes de proximidade cometem equívocos de cunho legal. Para os escreventes, há o bom procedimento e o procedimento ruim, porque há alguns que significam um procedimento mais adequado, haja vista as consequências práticas esperadas. Isto não tem nada a ver com a validade jurídica do procedimento, pois as escolhas que se colocam são escolhas entre caminhos dispostos pela lei.

O esquema abaixo mostra que o trabalho é interpretado pelos escreventes, considerando-se que A e B são legalmente válidos, e o tempo gasto em um processo no fórum antes do julgamento final significa mais trabalho para os escreventes. Eles afirmam que os procedimentos que duram menos são bons, porque eles tem menos trabalho para terminar o processo enquanto os longos significam um acúmulo de trabalho.



É importante lembrar que tal apreciação dos procedimentos não é feita por mim — o pesquisador —, mas pelos escreventes, isto é uma objetivação do que eles falam. Somente eles são competentes para indicar o que significa menos trabalhos para eles. Eu estou apenas descrevendo, como um membro competente, o que eles realmente fazem. A descrição foi feita a fim de compreender como eles criam suas próprias categorias.

Com base nesta sociologia leiga do direito, como os escreventes reconhecem o trabalho de um juiz profissional? Quais são as aptidões que um juiz profissional tem no ponto de vista dos escreventes?

Eu observei que os juízes de proximidade adotam sempre os procedimentos mais longos para julgar os processos. Isto significa mais trabalho para os escreventes. Na prática,

eles têm mais trabalho a fazer, porque os juízes de proximidade escolhem soluções diferentes daquelas que os juízes profissionais escolheriam para resolver os mesmos problemas. Os diferentes tipos de juízes têm diferentes compreensões do trabalho, assim os juízes de proximidade sem este senso prático do trabalho "perturbam" constantemente a rotina do fórum, ou seja, a ordem esperada pelos escreventes, tomando decisões que escapam desta rotina.

Os juízes de proximidade escapam da rotina quando eles evitam a conciliação, ou se aceitam todos os pedidos de adiamento, ou mesmo durante as audiências, quando eles requerem mais para a assistência dos escreventes. Estas são maneiras de tornar o procedimento mais longo o que o torna mais trabalhoso para os escreventes. Estes consideram que os juízes de proximidade alongam desnecessariamente o procedimento. Por outro lado, o juiz profissional toma usualmente o caminho mais curto, o que não significa que ele faz isso o tempo todo. Ele constrói sua rotina, a fim de sincronizar o seu trabalho com o trabalho dos escreventes.

Os juízes de proximidade não levam em conta o funcionamento do fórum quando eles desenvolvem o trabalho cotidiano. As consequências práticas para os escreventes não são consideradas pelos juízes de proximidade como uma questão importante. Eles estão interessados em tomar a melhor decisão apenas em termos jurídicos. Os escreventes então consideram que eles não possuem o "senso prático" para superar a lacuna entre as asserções legais e as consequências práticas. Esta é a habilidade mais valiosa para um escrevente, porque é isto que dá sentido ao trabalho de transformar o direito dos códigos em um trabalho concreto.

A descrição permite afirmar que os profissionais são reconhecidos pelos escreventes como alguém que tem o "senso prático", que consiste na habilidade de conectar as regras legais às consequências práticas a fim de se escolher as decisões mais adequadas segundo o seu contexto. A sociologia leiga do direito (Ewick e Silbey, 1998) pode mostrar como os escreventes desenvolvem mecanismos de categorização para reconhecer o trabalho profissional com base em sua experiência no fórum.

Conclusão

Em resumo, esta pesquisa fundada na descrição do trabalho rotineiro no fórum de Sète permite fazer algumas afirmações acerca do trabalho dos escreventes e o funcionamento do fórum.

A ausência de pesquisas sobre os escreventes não se justifica pelo trabalho de campo. Apesar de ser o principal tema de pesquisas em sociologia do direito, os juízes contam sempre com o trabalho cooperativo desenvolvido pelos escreventes, a fim de realizar suas tarefas. O trabalho diário na Justiça é principalmente realizado pelos escreventes.

A construção das categorias sociais depende das atividades que são desenvolvidas. Assim, elas são importantes para compreender como os escreventes constroem as relações com outros membros. Além disso, permite descrever quais são as aptidões valorizadas por eles, porque estas estão ligadas ao tipo de trabalho a ser desenvolvido.

A categoria de profissionais para eles está relacionada com algumas habilidades importantes para desenvolver o trabalho. Essas habilidades são apreendidas nos fóruns realizando as atividades práticas que eles encontram todos os dias. O juiz profissional é aquele que é reconhecido pela habilidade de julgar considerando as consequências práticas para o funcionamento do fórum todo, o que significa contar com o trabalho dos escreventes.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. La force du droit. **Actes de la recherche en sciences sociales**, 64, no. 1 (1986): 3-19.

EMERSON, Robert M., Rachel I. Fretz, e Linda L. Shaw. **Writing Ethnographic Fieldnotes**. 10 ed. University Of Chicago Press, 1995.

EWICK, Patricia, e Susan S. Silbey. **The common place of law: stories from everyday life**. University of Chicago Press, 1998.

GARAPON, Antoine. Bien juger l'essai sur le rituel judiciaire. **Collection Opus 45**. Paris: O. Jacob, 1997.

GARFINKEL, Harold. **Studies in Ethnomethodology**. New Jersey: Prentice-Hall, 1967.

LYNCH, Michael. Preliminary Notes on Judges' work: The Judge as a Constituent of

Courtroom 'Hearings'. In: Max Travers; John F. Manzo (org.) **Law in Action: Ethnomethodological and Conversation Analytic Approaches to Law**, Ashgate Publishing, 1998, p.99-130.

Pedro Heitor Barros Geraldo.

Vice-diretor do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos da Universidade Federal Fluminense (InEAC-UFF). Doutor em Ciência Política pela Université Montpellier 1. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (2006) e graduação em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2003). Pesquisador do INCT-InEAC (Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos) e Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Justiça e Segurança (PPGJS-UFF) e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito (PPGSD-UFF).

E-mail: pedrogeraldo@id.uff.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1462328864503035>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5024-0366>